



Entrevista com Gabriela Aidar: Programas Educativos Inclusivos e Educação Museal

DOI: <http://dx.doi.org/10.5965/1984317814042018271>

Gabriela Aidar é graduada em História pela Universidade de São Paulo, especialista em Estudos de Museus de Arte pelo Museu de Arte Contemporânea, e em Museologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia, ambos da Universidade de São Paulo. Obteve o título de Master of Arts in Museum Studies pela Universidade de Leicester, na Inglaterra, com revalidação pelo Programa de Mestrado em Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atua como coordenadora dos Programas Educativos Inclusivos do Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca do Estado de São Paulo.

1. Gabriela, antes de mais agradeço pelo seu aceite em conceder entrevista à Revista Artes, Educação e Inclusão. Você é coordenadora dos Programas Educativos Inclusivos da Pinacoteca do Estado de São Paulo, gostaria que começasse situando nossos leitores sobre quais são esses programas, o que objetivam, e qual a concepção de inclusão que é defendida e mobilizada para subsidiar este trabalho.

Gabriela: Interessante você começar com essa pergunta, porque quando converso com algum pesquisador que diz se dedicar à inclusão ou à acessibilidade, a primeira pergunta que faço é: “o que você entende por inclusão e acessibilidade?”. Porque me parece que devido a uma certa contaminação com propostas da educação formal, da escola, no contexto brasileiro os termos inclusão e acessibilidade são vistos como sinônimos de ações voltadas para pessoas com deficiência. A equipe da Pinacoteca, e eu pessoalmente, entendemos ambos os termos em uma perspectiva mais ampliada. Abrangem ações para pessoas com deficiência, mas não apenas. Desde o ponto de vista desse museu tentamos descolar essas ideias, pensando nos



diferentes perfis de pessoas que não têm acesso a instituições oficiais da cultura como os museus - que no caso do nosso país, são grupos muito abrangentes. E quando invertemos essa lógica, passamos a falar de grupos que são numericamente majoritários. Se observarmos algumas pesquisas feitas sobre a cultura, como a de consumo cultural de abrangência nacional realizada pelo IPEA em meados dos anos 2000 ¹, ou mais recentemente aqui em São Paulo, sobre “hábitos culturais dos paulistas” em 2014 ², vemos que a frequência aos museus é muito baixa na população brasileira: cerca de 30% da população frequenta museus, e essa porcentagem representa grupos muito privilegiados socialmente: pessoas com altíssima escolaridade e renda familiar alta. Dessa forma, quando falamos de inclusão e acessibilidade nos museus no país, temos de pensar em como lidar com grupos que são massivamente amplos. Para isso, é preciso fazer algumas opções, assim como ter a clareza de que não será uma ação educativa de uma instituição museal que irá reverter esses números. No caso da Pinacoteca, fazemos a opção por alguns grupos, fazemos recortes que dialogam com a nossa realidade institucional. O primeiro programa educativo inclusivo que temos nesse sentido é o Programa Educativo para Públicos Especiais, voltado para pessoas com algum tipo de deficiência física, sensorial ou intelectual, e que também tem trabalhado bastante nos últimos anos com pessoas com transtornos mentais, pessoas em sofrimento psíquico. Este trabalho se dá por meio de distintas estratégias, mas principalmente na perspectiva da multisensorialidade, que é importante não só para esses grupos - na verdade, se pensarmos em grupos de idosos ou grupos de crianças, a multisensorialidade é fundamental para promover uma experiência mais qualificada no museu...

¹ DA SILVA, Frederico Augusto Barbosa. **Economia e política cultural: acesso, emprego e financiamento**. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. vol.3. (Coleção Cadernos de Políticas Culturais). Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/38605/cpc-volume-03.pdf/643124a6-d5ef-4d90-b2db-a1c9c96ae536>>. Acesso em: 25/06/2018.

² LEIVA, João (org.). **Cultura SP: hábitos culturais dos paulistas**. São Paulo: Tuva Editora, 2014. Disponível em: <http://www.pesquisasp.com.br/downloads/livro_cultura_em_sp.pdf>. Acesso em: 25/06/2018.



2. Se a gente for pensar, para todas as pessoas...

Gabriela: Para todo mundo; a experiência de vida é sinestésica, nunca utilizamos um sentido só por vez. Mas no museu somos treinados para usar principalmente a visão. E o intelecto, que não é um sentido, é uma outra habilidade, mas é uma situação artificial de qualquer maneira. Outro programa inclusivo se chama “Meu Museu” e é voltado para idosos, pessoas de 60 anos ou mais. É relativamente mais recente, existe desde 2013, e também nasce da perspectiva de um diálogo com a nossa realidade, de saber que a visitação autônoma de pessoas com 60 anos ou mais nos museus de modo geral, e na Pinacoteca em particular, é muito baixa. Também havia um interesse de trabalhar com esses grupos a partir da compreensão de que essa faixa etária poderia ter questões comuns à uma instituição de memória.

Depois temos o Programa de Inclusão Sociocultural, que atua com pessoas em situação de vulnerabilidade social, o que também representa um universo incrivelmente grande no contexto brasileiro. O recorte que fazemos nesse caso é de tentar dialogar com o nosso entorno geográfico, não exclusivamente, mas prioritariamente. Eu acredito que em média 80% dos grupos com os quais atuamos nesse programa são da região central da cidade [de São Paulo], onde está a Pinacoteca, e que é uma região que tem questões problemáticas em termos sociais.

O centro dessa cidade tem algumas particularidades, principalmente de contrastes: é uma região muito bem servida de infraestrutura, de serviços, de transporte, tem um polo cultural do qual a Pinacoteca faz parte... Mas ao mesmo tempo, tem grupos vivendo em situações muito precárias de subsistência: muitas pessoas em situação de rua, pessoas que fazem uso problemático de drogas, moradores de habitações precárias, ocupações... Então esse programa foi desenvolvido para fazer uma aproximação e estabelecer relações mais proativas e produtivas com esses grupos vulnerabilizados do centro.

E por fim, o quarto programa que configura esse núcleo dos Programas Inclusivos do educativo da Pinacoteca é o programa Consciência Funcional, que tem a perspectiva de formação continuada da equipe de funcionários da Pinacoteca. Não é uma formação muito formal, digamos assim, há a discussão de questões



específicas do universo dos museus, mas há também, por exemplo, visitas externas a outras instituições culturais; módulos para trabalhar a percepção corporal – em resposta às queixas de dores musculares, articulares e posturais por parte das equipes de atendimento que ficam muito tempo nas salas expositivas frias com o ar condicionado, na mesma posição. Então a equipe desse programa se formou para trabalhar questões de alongamento, postura, propriocepção... Sempre em diálogo com as necessidades e demandas que os funcionários trazem.

Eu penso que há um eixo comum entre esses quatro programas: eles têm o paradigma de trabalhar e construir seus projetos e ações a partir das demandas, do que entendemos serem as necessidades e perfis de cada um desses públicos-alvo. Essas necessidades podem ser levantadas tanto por meio das parcerias com as instituições quanto no próprio contato com os grupos, porque todos os programas têm uma perspectiva de ação continuada...

3. Essa é uma questão bem diferenciada...

Gabriela: No âmbito dos museus, muito. Temos uma ênfase grande na continuidade, criamos condições de desenvolver ações continuadas e quase que forçamos os parceiros nesse sentido. Com as escolas, por exemplo, o trabalho continuado é mais difícil, pela própria estrutura escolar, não por falta de interesse. Mas nos casos dos programas inclusivos os parceiros estão dentro de outros âmbitos, como saúde e assistência social. Assim conseguimos desenvolver ações continuadas e isso tem uma diferença brutal em termos de construção de processos educativos. São outras experiências educativas que se promovem com a continuidade, outros níveis de relação, outros tipos de vínculo, outro tipo de aprofundamento de discussão, de familiaridade com o museu... Inclusive há desafios, porque temos instituições parceiras que vêm há anos na Pinacoteca todos os meses, e pensamos “Eles já viram tudo, e aí?”.

No nosso caso temos a vantagem de ter uma programação de exposições temporárias muito dinâmica... Mas também é possível desdobrar essa parceria em



outras ações. Já tivemos grupos, por exemplo, que chegaram a um ponto de maturidade na relação, estavam tão seguros em relação à instituição, tão apropriados dos procedimentos e de algumas questões que estávamos propondo para eles, como a leitura de imagens, que sugerimos que eles se preparassem para fazer a mediação com os colegas da instituição deles que não conheciam o museu. Ou os próprios grupos que nos colocam: “a gente queria conhecer, conversar com o pessoal do restauro para conhecer mais um pouco essa questão de conservação das obras”, ou nos indicam um assunto sobre o qual querem conhecer mais, ou ainda solicitam ajuda para pensar numa exposição na instituição de origem deles. Isso é muito rico: esse nível de familiaridade faz com que o grupo também paute o trabalho, ele revela o que espera de você enquanto instituição, o que é uma lógica muito diversa do que estamos acostumados dentro de um museu.

4. Nas suas produções você refere que a concepção do Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca, em 2002, se articula com uma pesquisa de público espontâneo. Que dados dessa pesquisa foram fundamentais para esse movimento? Você já estava trabalhando na Pinacoteca nessa época, não?

Gabriela: Estou na Pinacoteca desde 2002. Uma parte das pessoas que estão no educativo da Pinacoteca hoje chegou em 2002 e uma das primeiras coisas que fizemos foi realizar essa pesquisa de perfil do público espontâneo. Trabalhando numa instituição você pode intuir quem é o seu público, mas não havia dados concretos. Então organizamos essa pesquisa, aplicamos e tivemos algumas comprovações e outras surpresas. Por exemplo, algo que dialoga com as pesquisas das quais já falamos: público com altíssima escolaridade e renda familiar entre média e alta. O que nos surpreendeu: eram públicos que viviam na área centro-sul da cidade, e a Pinacoteca está na região central, mas mais próxima da zona norte. Então ficou muito evidente que os frequentadores eram pessoas que vinham de outros bairros até a Pinacoteca, e que quem estava no entorno não se relacionava espontaneamente com a instituição.



5. E mais gente de fora de São Paulo também, não?

Gabriela: Não, ali tinha um perfil de gente da cidade. Na pesquisa havia também a pergunta sobre o que os públicos gostariam de fazer na Pinacoteca, e há ações que surgiram a partir das respostas e que até hoje o museu desenvolve como, por exemplo, cursos de história da arte, que apareceram como uma demanda forte. Mas o que nos interessou para pensar as ações educativas foi exatamente o que já mencionei: a percepção do quão privilegiado era o público espontâneo que estava visitando o museu naquele momento; o quanto ele vinha até a instituição e aparentemente não tinha uma relação com o entorno, e quem estava no entorno não tinha uma relação com a instituição. Isso é inclusive bastante comum nos museus, não é uma questão só da Pinacoteca. A pesquisa nos deu uma percepção muito clara do quanto o museu era uma ilha na região onde está. Ele era um marco local - urbano, arquitetônico - mas não era uma referência para a população daquele entorno em termos culturais, de acesso, de familiaridade com a instituição. Depois fizemos outra pesquisa em 2007, que foi de percepção do público do entorno com relação ao museu. Foi muito significativa porque permitiu complementar a primeira: inicialmente ouvimos quem estava dentro da instituição e depois fomos ouvir quem estava fora. A comparação entre as duas pesquisas permite compreender diversas questões.

A segunda pesquisa evidenciou um enorme desconhecimento em relação à Pinacoteca, e que não é um problema das pessoas que responderam; em última instância é uma questão da instituição que não está se comunicando bem, visualmente, com seu entorno geográfico. A partir da pesquisa de 2002 começamos a gestar algumas ideias, por exemplo a do que veio a configurar o Programa de Inclusão Sociocultural, para trabalhar com esses grupos mais vulnerabilizados do entorno do museu. Além de buscar diversificar o público visitante do museu, que também é uma questão complexa... Porque é uma diversidade que não vai se dar em termos numéricos. Nossas ações educativas diversificam a frequência do museu, mas isso não se vê refletido nos números de visitação gerais. Inicialmente talvez tivéssemos um pouco, ingenuamente, essa expectativa, mas ao longo dos anos foi ficando claro que o alcance numérico dessas ações é reduzido em



comparação com o volume total de visitação do Museu, porque trabalhamos nessa perspectiva continuada e porque a Pinacoteca é um museu que tem uma visitação espontânea alta. Isto não diminui, entretanto, a importância de desenvolver as ações com os públicos tradicionalmente não visitantes, apenas o índice de avaliação não deve ser a questão numérica, principalmente quando comparada com a visitação geral da instituição.

Penso que precisamos operar mais no sentido de entender os impactos nos grupos que estão frequentando, os impactos nas instituições parceiras e na rede que se cria a partir disso. Perceber o quanto o museu começa a servir de referência para outras instituições que não o viam como interlocutor em absoluto - serviços de assistência social, movimentos sociais, serviços de saúde, de educação não-formal etc., para os quais o museu era um grande desconhecido e até mesmo irrelevante, especialmente um museu como a Pinacoteca, que pode ser vista quase como a materialização da distinção social. Precisamos entender esses impactos em uma perspectiva mais qualitativa, e de mudança de alguns imaginários sobre o museu e a cultura que ele guarda.

Particularmente creio que aí está o cerne da dificuldade de acesso às instituições culturais: uma certa dificuldade das próprias instituições em se tornarem mais atraentes a outros públicos além daqueles que já são frequentadores, e também um imaginário social, uma mentalidade de que esses são espaços elitistas. Então penso que se começarmos por aí temos uma boa chance de mudança. Mas isso é processual, não se resolve em pouco tempo, nem isoladamente.

6. Mas sem pensar em termos quantitativos, vocês percebem que as pessoas que passaram por esses processos voltam ao museu como público espontâneo?

Gabriela: Não temos dados concretos, não temos como medir isso; sabemos por relatos, por cruzar com as pessoas no Museu às vezes. Mas aí tem uma outra questão que discutimos no educativo da Pinacoteca: eu não vejo como nosso



objetivo principal nesses programas que os educandos com os quais trabalhamos virem frequentadores da Pinacoteca. Entendemos que cada processo é muito particular, então não é possível generalizar, não existe um objetivo único, mas em termos gerais o que queremos é que o contato com o museu tenha algum impacto positivo na vida dos educandos, para melhorar sua qualidade de vida, e aí os objetivos e resultados serão muito variáveis.

Para uma pessoa que está em sofrimento psíquico será um, para uma pessoa que tem uma deficiência física poderá ser outro, podem até ser coincidentes, mas não necessariamente; para uma pessoa em situação de rua será outro ainda, então não existe um caminho só. Agora, se eles vão se tornar ou não frequentadores da Pinacoteca e de outros museus, é claro que achamos importante, mas não é o principal foco do nosso trabalho. Penso que o importante é o quanto o contato com o museu pode ser transformador e impactante para os processos que os sujeitos estão vivendo. Nesse sentido, seria muito interessante ter pesquisas de impacto para entender como o contato com o museu repercutiu na vida da pessoa, mais do que se ela virou ou não frequentadora de museus.

7. No trabalho de Consciência Funcional vocês sentiram a necessidade de discutir essas questões de inclusão e acessibilidade com os funcionários que não são do educativo?

Gabriela: Totalmente.

8. Te pergunto isso porque o que percebo no meu contexto de trabalho é que o educativo tem essa visão, mas quando você chega em outros profissionais...

Gabriela: Pode ter uma resistência...



9. Entre profissionais que têm contato direto com o público, existe ainda um perfil esperado...

Gabriela: Sim, e é um grande risco, porque se no educativo você está desenvolvendo trabalhos com esses grupos, de alguma maneira estimulando sua frequência, querendo que eles se sintam convidados a voltar independente de você estar lá, e a instituição toda não estiver preparada, você vai prestar um desserviço. Isso para nós está muito claro desde o começo.

Dentro do Consciência Funcional um dos módulos é composto por conversas das equipes que têm mais interlocução com o público, principalmente seguranças, atendentes de sala e recepcionistas, com cada um desses programas inclusivos. Uma questão que temos discutido muito entre a equipe dos Programas Educativos Inclusivos é a dos direitos culturais. Entendemos que nesse momento em que a cultura está sendo tão vilipendiada, digamos assim, é fundamental afirmar nosso trabalho nessa perspectiva do exercício dos direitos culturais, porque isso traz uma outra perspectiva para o que fazemos. Deixa de ser acessório, deixa de ser a cereja no bolo, deixa de ser dispensável, deixa de ser um favor. É um direito, fundamental.

10. Essa perspectiva vai ao encontro da minha defesa em relação às crianças pequenas: de que são sujeitos com direitos culturais

Gabriela: Sim, exatamente. E é nossa tarefa promover esses direitos.

11. Isso, encontrar formas de promover esses direitos.

Gabriela: Exatamente. É nossa tarefa. Eu considero fundamental esse ponto de vista, principalmente nesse momento que estamos vivendo no país. Dá um outro enfoque para o nosso trabalho, interna e externamente às instituições, nos fortalece enquanto profissionais da cultura. É nesse tipo de discussão que tentamos esclarecer algumas questões com essas outras equipes do Museu, e a atitude delas frente aos grupos com os quais trabalhamos muda radicalmente. Então esse tipo de



diálogo é essencial para que essas ações aconteçam. Esse é outro aspecto das questões de acessibilidade e inclusão nos museus: devemos ser cuidadosos, enquanto educadores, para não acharmos que a responsabilidade por estabelecer processos inclusivos é só nossa: isso é uma responsabilidade institucional. Algumas equipes estarão mais à frente desse processo? Sim, como os profissionais da educação; mas é uma responsabilidade institucional. A questão é como disseminar essa ideia pela instituição como um todo.

12. Como você vê essa potencialidade da arte, e da educação junto com a arte, nesse trabalho?

Gabriela: Quando eu falo de educação eu trato da minha experiência, que é muito específica, dentro da educação não-formal e da educação museal; eu não tenho como me referir à Educação com E maiúsculo, porque tem muitas áreas da educação com as quais eu particularmente não tenho uma experiência, uma interlocução. Mas percebo que o diálogo entre a educação em arte e a educação museal tem algumas potências muito grandes. Primeiro é a possibilidade de se reconhecer no que você está vendo, então tem uma questão de auto reconhecimento, uma questão identitária que é importante para qualquer grupo, independente do perfil socioeconômico, de se tem deficiência ou não. Outra questão que trabalhamos muito dentro da Pinacoteca por meio da leitura de imagens é desenvolver um olhar mais crítico em relação ao que se está vendo. Penso que esse é um exercício muito importante para as pessoas atualmente; somos bombardeados por imagens, basicamente toda a nossa comunicação hoje em dia é mais imagética, audiovisual, do que verbal, mas não temos uma reflexão qualificada sobre essas imagens. Muito do nosso trabalho vai nesse sentido. Ensinar questões específicas da arte, história da arte, técnicas artísticas, isso vem em segundo plano.

Em primeiro lugar, entendemos que a potência do encontro dos visitantes com os objetos artísticos é a possibilidade de aprender a olhar mais criticamente, primeiro para as imagens artísticas e depois para tudo o que nos cerca. O museu é muito propício para possibilitar o exercício da crítica. Outro papel educativo da



instituição cultural é o de mostrar que é possível conviver com as diferenças. Porque em uma cidade como São Paulo e num país como o Brasil temos pouquíssimas oportunidades de grupos diferentes estarem no mesmo espaço em situação de igualdade. Onde isso acontece normalmente? Nos espaços culturais como o SESC, nos museus públicos, nos espaços gratuitos. É aí que isso pode acontecer. E temos um potencial pedagógico de mostrar que é possível convivermos numa situação de igualdade, que ninguém oferece risco a ninguém, que podemos viver juntos.

Nesse sentido eu acredito que esses momentos de encontro dos diferentes grupos sociais no espaço do museu são muito importantes para todos. E por fim, as outras questões que o contato com o objeto artístico também possibilita em termos educativos, que é expressão, comunicação, criatividade, que também são muito favorecidas nesse encontro, a possibilidade de entrar em contato com a própria subjetividade... O encontro subjetivo que é próprio da arte, se dá de forma natural, o encontro das diferentes subjetividades: do artista, do grupo, do educando com seu grupo, e isso pode ser muito potente em termos educativos. Pensando educação também em uma percepção ampliada, que vai muito além da aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades, mas tem a ver com o fortalecimento identitário, com o desenvolvimento da autoconfiança, a mudança de opiniões, de valores, de atitudes, a promoção de prazer... diversas questões que não são apenas cognitivas e conceituais.

13. E que não são mensuráveis...

Gabriela: Aí temos os desafios da avaliação desses aspectos. Agora estamos entrando em contato com algumas metodologias inglesas para tentar entender um pouco como é essa questão do bem-estar que acontece a partir das visitas ao museu, porque uma das nossas questões de avaliação com alguns grupos em situação de vulnerabilidade, é: “o que você percebeu de impacto na sua experiência pessoal a partir das visitas ao museu?”. O primeiro item é “bem-estar”. Mas bem-estar é tanta coisa! Como vamos extrair alguns índices disso? Recentemente entramos em contato com o trabalho de um grupo de pesquisa da University College



London, na Inglaterra. Junto com alguns museus eles estão tentando entender como que se dá esse bem-estar numa visita ao museu.

Quando avaliamos o bem-estar, não é necessariamente do encontro com a obra ou com a exposição, mas é da experiência da visita como um todo, que envolve muito mais do que o encontro com a obra, essa também é uma questão a ser avaliada. Às vezes perguntávamos para um grupo em sua primeira visita: “do que você mais gostou?” e as pessoas falavam “do elevador”; e começamos a contextualizar essa resposta, pois são grupos que não andam de elevador regularmente, que não têm acesso a um elevador de quarenta pessoas, ou a um elevador panorâmico em um prédio com uma arquitetura muito impactante, então contextualizamos essa experiência da visita.

O que é interessante das visitas continuadas é que você consegue ultrapassar esse primeiro deslumbramento com essas questões; às vezes se é um só encontro, fica nisso. Uma vez em um grupo de jovens educadores sociais, um rapaz falou: “ah, você está querendo que eu fale como o que vimos aqui tem a ver com a minha vida? Nada! Esse lugar não tem nada a ver com a minha vida. Essas escadarias com tapetes, essas molduras douradas, esse chão de mármore, não têm nada a ver com a minha vida”. Isso foi no primeiro encontro. Depois fomos trabalhando e ele tanto viu conexões possíveis da vida dele com o que tinha na Pinacoteca, que começou a fazer visitas com os seus educandos. Para determinados grupos, uma visita apenas pode ser ruim.

14. Ela pode mais reforçar a diferença do que aproximar...

Gabriela: Exatamente. Para nós era muito claro desde o começo que ações pontuais não fariam sentido no Programa de Inclusão Sociocultural, porque corríamos esse risco, de parecer que dizíamos “vejam esse templo do saber, essa casa de maravilhas, e depois voltem lá para o seu albergue”, e não é isso. Então como conseguir estabelecer um contato mais próximo apesar de todos esses signos



de distinção social, que para nós são muitas vezes problemáticos? No museu de arte isso é bastante evidente. E tem a questão do discurso acadêmico...

15. Essa é uma questão com a qual trabalhamos todos os dias, o vocabulário, a abordagem...

Gabriela: E é muito difícil... e de novo, a mesma questão: o museu é todo construído com uma lógica, e a gente como educador tem que...

16. Traduzir?

Gabriela: É, de alguma maneira traduzir ou adaptar, e isso é problemático. O quanto essa instituição está sendo inclusiva e acessível quando ela se coloca dessa forma?

17. Bom, Gabriela, estamos chegando ao fim, mas eu queria te perguntar se tem algo que você queira compartilhar sobre esses 16 anos no educativo da Pinacoteca...

Gabriela: Nesses 16 anos na Pinacoteca eu sempre atuei no educativo, o que é de certa forma um privilégio porque acredito que estou conseguindo criar uma trajetória de aprofundamento, e isso é relevante; é raro nos museus estabelecermos um projeto de longa duração, e penso que isso também explica, em parte, por que conseguimos diversificar tanto nosso trabalho educativo ao longo dos anos, ir nos constituindo tão fortemente: porque tivemos tempo e condições para fazer isso. E também é interessante perceber o quanto a nossa prática continuada influencia outras reflexões e experiências. Eu lembro quando começamos, trabalhávamos com públicos em situação de vulnerabilidade e pessoas de dentro e fora do museu nos olhavam com estranhamento e desconfiança, então é satisfatório perceber a transformação, hoje é algo aceito no ambiente museológico e inclusive está presente



em políticas públicas de cultura. Isso é muito bom, porque é o seu fazer reverberando para além da sua instituição.

Entrevista concedida a Flora Bazzo Schmidt em São Paulo, SP, no dia 1º de junho de 2018.

Flora Bazzo Schmidt é pedagoga e atua no Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral, da Universidade Federal de Santa Catarina. É mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina sob orientação da Prof^a Dr^a Maria Cristina da Rosa Fonseca da Silva, membro do grupo de pesquisa Educação, Artes e Inclusão e da Revista Educação, Artes e Inclusão.